



Brasília-DF, 09 de setembro de 2026

**PLENÁRIA NACIONAL
CNTI 80 ANOS**

SEPARADOS SOMOS POUCOS, UNIDOS SOMOS MILHÕES

1946 2026

**UNIDOS NA LUTA,
PRESENTES NO FUTURO.**

14 a 18 de SETEMBRO de 2026

Local:
CTE - CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL DA CNTI

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO
JOSÉ CALIXTO RAMOS**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

Pesquisa aponta apoio de 78% dos brasileiros ao fim da escala 6x1

Levantamento do Instituto Locomotiva aponta que a escala 6x1 prejudica o convívio familiar, o sono e a saúde mental dos trabalhadores submetidos a essa jornada



Manifestantes ocupam a Avenida Paulista, em São Paulo, durante ato pelo fim da escala 6x1. Crédito: Elineudo Meira/@fotografia.75

Uma pesquisa nacional do Instituto Locomotiva aponta que 78% dos brasileiros defendem a substituição da escala 6x1 — seis dias de trabalho para um de folga

— pela jornada 5x2, com 40 horas semanais. O índice equivale a cerca de 128 milhões de pessoas.

O apoio à mudança atravessa diferentes grupos políticos e camadas sociais. Segundo o levantamento, 96% dos eleitores que se identificam com a esquerda são favoráveis ao fim da escala, assim como 61% dos que se declaram de direita. Entre integrantes da geração Z, o percentual chega a 86%; entre as mulheres, a 83%.

A pesquisa foi divulgada enquanto o Congresso discute a proposta de emenda à Constituição que reduz a jornada máxima semanal de 44 para 40 horas, sem corte salarial, e garante dois dias de descanso remunerado.

A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e aguarda votação em plenário, prevista para depois das eleições.

Para os trabalhadores submetidos à escala 6x1, os efeitos da jornada se estendem à vida fora do emprego. Entre eles, 69% dizem que ela prejudica o convívio familiar; 67% relatam piora na saúde mental; 62% associam o regime a problemas físicos; e 61% apontam prejuízos ao sono.

Para 81% dos entrevistados, o descanso se tornou um privilégio para poucos. Outros 72% consideram que a escala prejudica o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, enquanto 78% afirmam que quem trabalha seis dias por semana têm menos tempo para familiares e amigos.

O presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles, afirma que os dados revelam uma mudança na forma como a população avalia as condições de trabalho.

“Quando a gente pergunta para quem vive a escala 6x1, o problema não aparece primeiro no salário. Aparece no tamanho da vida que sobra depois do trabalho”, disse.

A falta de folgas também afeta a possibilidade de formação profissional. Segundo a pesquisa, 47% das pessoas submetidas à escala afirmam que a jornada dificulta estudar ou se qualificar.

Para Meirelles, o dado também desmonta o argumento de que a manutenção do modelo 6x1 seria necessária para assegurar produtividade.

A percepção sobre os ganhos tecnológicos reforça esse debate. Para 74% dos brasileiros, a tecnologia elevou a produtividade, mas os benefícios ficaram concentrados nos lucros das empresas, sem melhorar

Brasília-DF, 09 de setembro de 2026

a vida de quem trabalha. Sete em cada dez entrevistados concordam que, se a produtividade aumentou, os trabalhadores deveriam trabalhar menos.

O levantamento também relativiza um dos principais argumentos dos empresários contra a redução da jornada. Apenas 48% acreditam que a passagem da escala 6x1 para a 5x2 levaria empresas a repassar custos trabalhistas aos consumidores.

A PEC em análise no Senado prevê uma transição gradual: a jornada máxima cairia inicialmente para 42 horas semanais e, após um ano e meio, chegaria a 40 horas. Para entrar em vigor, o texto ainda precisa ser aprovado em dois turnos pelo plenário, com o voto favorável de pelo menos 49 senadores.

Fonte: Portal Vermelho

Quaest: Maioria prefere novo mandato de Lula do que volta dos Bolsonaro ao poder

Novo levantamento mostra que maior parte dos brasileiros prefere o atual presidente por mais quatro anos do que Flávio Bolsonaro no Planalto. Veja os números



O presidente Lula durante participação no Jornal Nacional, da TV Globo, dando uma declaração que irritou a emissora. - O presidente Lula - Foto: Transmissão da TV Globo/Reprodução

Um novo recorte da pesquisa Quaest, divulgado nesta segunda-feira (7), aponta que a preferência do eleitorado brasileiro por um novo ciclo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à frente do Palácio do Planalto supera numericamente o desejo do retorno do grupo político liderado pela família Bolsonaro. Os dados capturam o sentimento geral da população quanto ao desfecho ideal da disputa presidencial de 2026.

De acordo com a sondagem, o projeto de continuidade representado pelo Partido dos Trabalhadores lidera as aspirações do eleitorado, mantendo uma vantagem de oito pontos percentuais sobre a alternativa de

regresso da ala bolsonarista ao comando do Poder Executivo. Ao mesmo tempo, o estudo revela um contingente expressivo de eleitores que buscam saídas fora da dicotomia tradicional, dividindo-se entre nomes do centro moderado e opções declaradamente apartidárias.

O cenário ganha contornos específicos ao se analisar o comportamento do eleitorado independente, segmento que não se alinha automaticamente a nenhuma das correntes hegemônicas. Entre esses votantes, a demanda por alternativas outsiders ou por candidaturas de perfil moderado prevalece com folga, relegando tanto o petismo quanto o bolsonarismo às posições secundárias de preferência.

Veja os números:

Resultado ideal para a eleição presidencial (Geral):

- Lula e o PT vencerem uma nova eleição: 32%
- A família Bolsonaro voltar a governar o país: 24%
- A vitória de um candidato de fora da política e fora da polarização: 20%
- A vitória de um candidato moderado fora da polarização: 17%
- Não sabem/não responderam: 7%

Preferência entre os eleitores independentes:

- Vitória de um candidato de fora da política e fora da polarização: 32%
- Vitória de um candidato moderado: 27%
- Vitória de Lula e o PT: 19%
- Não sabem ou não responderam: 12%
- Volta da família Bolsonaro ao poder: 10%

Divisão regional e dados da pesquisa

A distribuição geográfica do levantamento ratifica a histórica clivagem regional do eleitorado nacional. A Região Nordeste desponta como o principal pilar de sustentação do governo federal, concentrando o maior percentual favorável à recondução de Lula ao Planalto (53%). Em contrapartida, a Região Sul lidera a adesão à oposição conservadora, registrando a maior proporção de eleitores entusiastas do retorno da família Bolsonaro ao governo federal (31%).

A pesquisa Quaest foi realizada entre os dias 3 e 6 de setembro de 2026, mediante 2.004 entrevistas presenciais com cidadãos de 16 anos ou mais em todas as unidades da Federação. O levantamento possui margem de erro estimada em dois pontos percentuais para mais ou para menos, nível de confiança de 95% e encontra-se formalmente registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-01720/2026.

Fonte: RevistaFórum

Brasília-DF, 09 de setembro de 2026

Sem sessões no Congresso, STF e eleições movimentam semana política

Fachin aguarda esclarecimentos sobre embate na Corte, enquanto candidatos entram no prazo para entregar prestação parcial de contas.



Crise no Supremo deve dominar a pauta da semana com novos desdobramentos. Dorivan Marinho/STF

A crise no STF e a corrida eleitoral devem concentrar as atenções da política nesta semana. Com Câmara e Senado sem sessões deliberativas, o foco se volta para os próximos passos do embate na Corte e para os prazos do calendário eleitoral.

No Supremo, o presidente Edson Fachin aguarda esclarecimentos sobre a disputa entre Alexandre de Moraes e André Mendonça em torno das investigações do Banco Master. Na quinta-feira (3), Fachin abriu um procedimento e deu prazo comum de cinco dias úteis para que os dois ministros, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, prestem informações.

Em outra frente, Fachin determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste, também em cinco dias úteis, sobre documentos e acusações encaminhados por Moraes contra Mendonça. Depois da manifestação da PGR, Mendonça terá igual prazo para responder.

Os prazos podem produzir novos desdobramentos ao longo da semana. Mendonça também liberou para julgamento no plenário o caso relacionado às mensagens entre Moraes e Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master. Cabe a Fachin definir quando o processo será analisado. Até o momento, não há data anunciada para o julgamento.

Campanhas prestam contas

Na corrida eleitoral, candidatos e partidos entram em uma etapa importante da fiscalização das campanhas. De quarta-feira (9) a domingo (13), candidaturas, partidos, federações e coligações devem apresentar à

Justiça Eleitoral a prestação parcial de contas das eleições de 2026.

Os documentos devem reunir a movimentação financeira e os recursos estimáveis em dinheiro recebidos ou utilizados desde o início da campanha até terça-feira (8). Posteriormente, as informações serão disponibilizadas para consulta pública no DivulgaCandContas.

Depois da eleição

Deputados e senadores só voltarão a Brasília após o primeiro turno das eleições, que será realizado em 4 de outubro. A expectativa é que as deliberações retornem já na semana seguinte. Ao todo, 32 senadores concorrem à reeleição este ano. Na Câmara, 437 deputados buscam novo mandato.

O governo trabalha para aprovar no Senado duas propostas consideradas prioritárias pelo presidente Lula: o fim da escala 6x1 e a chamada PEC da Segurança Pública. As duas propostas foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana passada e precisam passar pelo Plenário. A aprovação depende do apoio de pelo menos 49 senadores em dois turnos de votação.

Fonte: Congresso em Foco

STF mantém precedentes do TST sobre estabilidade no emprego

Giovanna Bembom/Flickr



Análise das alegações dependeria primeiro da interpretação de normas trabalhistas

O Supremo Tribunal Federal manteve, por unanimidade, a decisão que rejeitou uma ação contra quatro precedentes do Tribunal Superior do Trabalho relacionados à estabilidade no emprego. Todos os ministros acompanharam o voto do relator, Nunes Marques, que entendeu que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) não

Brasília-DF, 09 de setembro de 2026

pode ser usada para promover uma revisão abstrata de entendimentos da Justiça do Trabalho.

A decisão foi tomada na ADPF 1.288, apresentada pela Confederação Nacional de Serviços (CNS). A entidade questionava os Temas 55, 125, 134 e 163 do TST, que tratam de situações envolvendo a estabilidade de gestantes e de trabalhadores vítimas de acidente de trabalho ou doença ocupacional.

A CNS alegava que o TST teria criado obrigações, hipóteses de estabilidade provisória e consequências indenizatórias sem previsão legal. Segundo a entidade, os entendimentos violariam a legalidade, a separação dos Poderes e a competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho.

Outros meios de contestação

Nunes Marques manteve a decisão que não conheceu da ação por três fundamentos: descumprimento do requisito da subsidiariedade da ADPF, ausência de ofensa direta à Constituição e deficiência na delimitação do objeto questionado.

Segundo o ministro, a existência de precedentes de observância obrigatória no TST não impede que as partes utilizem os instrumentos processuais disponíveis para contestar sua aplicação em casos concretos, inclusive para demonstrar diferenças entre o processo analisado e a situação que deu origem à tese.

Para o relator, aceitar o argumento da CNS transformaria a ADPF em uma espécie de instrumento ordinário para revisão abstrata de precedentes dos tribunais superiores. A entidade também não demonstrou, segundo ele, que os meios processuais existentes seriam efetivamente incapazes de levar uma eventual questão constitucional ao Supremo.

Legislação trabalhista

Nunes Marques também concluiu que a análise das alegações dependeria primeiro da interpretação de normas trabalhistas e previdenciárias. Por isso, eventual violação à Constituição seria indireta, o que não é suficiente para justificar o processamento da ADPF.

O Tema 55 envolve a validade do pedido de demissão da empregada gestante; o Tema 125 trata da estabilidade em casos de acidente de trabalho ou doença ocupacional; e os Temas 134 e 163 discutem questões relacionadas à proteção da gestante, como a recusa à reintegração, a indenização substitutiva e o contrato de experiência.

O relator ainda considerou excessivamente amplo o pedido da CNS, que buscava atingir não apenas os quatro precedentes, mas também decisões de Varas do Trabalho, Tribunais Regionais e do próprio TST que os aplicaram, sem individualizar os atos que pretendia derrubar.

Com esses fundamentos, Nunes Marques votou por negar o recurso e manter a decisão que havia rejeitado a tramitação da ADPF. Os demais ministros acompanharam o relator.

Clique [aqui](#) para ler o voto do relator

ADPF 1.288

Fonte: RevistaFórum



 Filiada à
NCST
NOVA CENTRAL

Mês de prevenção ao suicídio

Setembro amarelo

Valorizar a vida é o primeiro passo para iluminar a esperança.

Sua vida vale muito. Precisamos falar sobre isso. Ligue 188

 SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI 2026